



Andanças do Patrimônio

Construção participativa das
bases para o Sistema Nacional
de Patrimônio Cultural



MINISTÉRIO DA
CULTURA



Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra da Cultura

Margareth Menezes

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Leandro Antonio Grass Peixoto

Diretoria do Iphan

Adriana Fátima Bortoli Araújo

Andrey Rosenthal Schlee

Daniel Borges Sombra

Deyvesson Israel Alves Gusmão

Márcia de Figueiredo Lucena Lira

Departamento de Articulação, Fomento e Educação

Márcia de Figueiredo Lucena Lira

Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural

Maíra Torres Corrêa

Equipe da CGESP

Ivana Medeiros Pacheco Cavalcante

Alexandre Cavalcanti Gomes Neto

Carolina Di Lello Jordão Silva

Laís Helena Custódio Rodrigues de Queiroz

Victor Reis Chaves Alvim

Mislene da Silva Barbosa

Virginia Sampaio Torres de Castro

Projeto gráfico e diagramação

Érica Cristina Ferreira dos Santos

Revisão de diagramação

Rnld Nogueira

Antonio Marcos Demeneghi da Silva

As Andanças no Território



O Projeto Andanças do Patrimônio é um convite aberto à participação para estabelecer as bases do **Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC)**

Em conjunto com detentores, fazedores e trabalhadores do patrimônio, queremos construir as diretrizes e os principais pontos da agenda de políticas públicas para cuidar de nosso Patrimônio Cultural. Reunindo grupos e comunidades, gestores de políticas públicas, pesquisadores, mestres e mestras, estudantes do campo, profissionais, organizações públicas e privadas atuantes na preservação e salvaguarda do Patrimônio Cultural, e toda a sociedade interessada, queremos ampliar a discussão sobre como preservar e promover nosso patrimônio.

Entendemos o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural como uma rede ampla de agentes governamentais e não governamentais que operam a preservação, proteção e promoção do patrimônio nas mais variadas áreas de atuação, por todo o território nacional. **O Andanças percorrerá os 26 estados e o Distrito Federal**, promovendo a conexão entre os pontos dessa rede e estabelecendo diálogos para fortalecer políticas de preservação do Patrimônio Cultural, de forma participativa e democrática, compartilhando e dividindo responsabilidades entre **sociedade, setor público e privado**.



O SNPC ainda não possui um documento que formalize sua existência, embora as relações estabelecidas pelos diversos atores dessa rede movimentam uma cadeia de articulações que são a base para a existência de uma política de patrimônio sistêmica e nacional. Mas, ainda existem elos nessa corrente que precisam de reforço, e a formalização dessas relações auxilia o movimento da rede como um todo. Pretendemos, nas Andanças, avançar no caminho da institucionalização, e apontar caminhos para **fortalecer o Sistema na prática e “no papel”**, garantido concretude, perenidade e auxiliando o planejamento estratégico das políticas de patrimônio de forma transversal, integrada e articulada.

Percorrendo o território nacional, o **Andanças** vai realizar diagnósticos, mobilizar atores, firmar acordos, discutir as competências e divisão de responsabilidades para a gestão e preservação do Patrimônio Cultural, culminando na formulação participativa e democrática do **1º Plano Setorial Nacional de Patrimônio Cultural** e na constituição das diretrizes para o **Marco Regulatório** do sistema, dois documentos fundamentais para o processo de institucionalização se consolidar. Quanto mais representativa e inclusiva for a escuta, mais alinhados e integrados estarão sociedade, governos e agentes privados na preservação do Patrimônio Cultural.

Seja um parceiro do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional - Iphan na realização desse projeto em prol do Patrimônio Cultural Brasileiro! Caminhe nessas Andanças conosco, contribua na organização e participe das atividades em seu território!



Caminhos a serem trilhados

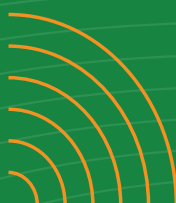
Você é uma pessoa convidada a contribuir diretamente para as escutas e diálogos sobre o Patrimônio Cultural. **Venha conhecer as diferentes atividades do projeto e como vão funcionar!**

Oficinas do Andanças

Está prevista a realização de uma oficina presencial promovida pelo Iphan com parceiros locais em cada estado e no Distrito Federal, entre os meses de **abril a setembro de 2025**.

A oficina do Andanças visa dar oportunidade para que o diálogo sobre a Política de Patrimônio Cultural aconteça em todo o país, observando as intersectorialidades necessárias e o alinhamento de princípios e diretrizes para execução de ações de preservação e salvaguarda no território nacional, considerando as especificidades locais.

Fique atento à agenda do projeto e seja um parceiro da organização e participante da Oficina em seu território!






Passo a passo

.....

Como fazer a Oficina do Andanças em meu território?

Esse **passo-a-passo se destina às pessoas responsáveis pela organização** e não se trata de um guia ou manual que deve ser seguido rigorosamente, mas de um **roteiro de apoio** que pode e deve ser adaptado para as realidades locais, contribuindo assim para a organização e realização de suas etapas.



Todos os entes federativos, órgãos de cultura, organizações da sociedade civil, universidades e demais parceiros estão convidados a contribuir com esse processo.


Quem pode participar das oficinas?

Espera-se que as oficinas busquem a ampla participação de representantes da sociedade civil e do poder público. Para isso, é recomendado que a participação reflita a diversidade e a transversalidade, contemplando os diversos territórios, diversidade étnica, racial, etária, de gênero e de sexualidade.

Devem participar das oficinas representantes de instituições e movimentos da sociedade civil, profissionais e agentes culturais que atuam no campo do patrimônio, pessoas interessadas no tema e instituições públicas que atuam na discussão, elaboração ou implementação de ações de preservação e salvaguarda. Cabe à organização local definir a quantidade esperada de participantes e mobilizar o maior número possível de representantes desses grupos.

Para garantir que a mobilização alcance o maior número de possíveis participantes, é importante:

- **Divulgar nos sites oficiais** e demais canais de comunicação do ente federativo, dos órgãos de patrimônio (se houver) e de cultura, do Conselho de Patrimônio e de Cultura, dos fóruns ou associações de gestores de cultura e prefeitos nos estados, de parceiros institucionais e outros afins;
- **Enviar comunicado/convite às organizações e movimentos da sociedade civil** que atuam no campo do patrimônio, detentores, instituições públicas que atuam na discussão ou implementação de ações de cultura e pessoas interessadas na discussão do tema;
- **Divulgar nos meios de comunicação e imprensa**, dando-se a mais ampla publicidade possível, para assegurar a participação popular por meio da sociedade civil organizada;
- **Articular com organizações, pessoas e empresas interessadas em apoiar as oficinas**, destacando a importância da responsabilidade social e o compromisso coletivo para o fortalecimento da Política de Patrimônio Cultural;
- Realizar campanhas publicitárias de **sensibilização**.



Que tal fazer uma lista de pessoas, grupos ou segmentos com atuação em Patrimônio Cultural em seu território e confirmar se toda a lista foi alcançada pela estratégia de mobilização? É importante ter um planejamento bem estruturado e incluir diferentes canais de comunicação para atingir o máximo de pessoas possível. Realizar parcerias com outras organizações ou grupos também pode ajudar a ampliar o alcance e garantir a representatividade.

Dessa forma, é possível garantir a participação de um número maior de pessoas e garantir que todas as partes interessadas estejam envolvidas no processo.

Como deve ser o espaço para realizar a Oficina?

As oficinas devem ser planejadas e executadas de forma acessível e inclusiva. Para garantir a inclusão de todas as pessoas, é fundamental que a organização local observe as condições de acessibilidade do local escolhido para a realização dos trabalhos. É necessário garantir que o espaço seja acessível a pessoas com deficiência física, visual, auditiva e intelectual, oferecendo condições adequadas para locomoção, comunicação e participação plena.

O tamanho do espaço deverá ser pensado a partir da quantidade esperada de participantes, que deve variar em cada localidade.

Como funciona uma Oficina?

Recomenda-se que as oficinas sejam divididas em pelo menos dois turnos para que seja possível a **apresentação da metodologia, a realização do debate e o registro do que foi discutido**.

Para subsidiar o debate, foram sistematizados EIXOS e DIRETRIZES, que estão dispostos mais à frente neste caderno. A leitura prévia deste conteúdo pelos participantes da Oficina pode facilitar a realização dos diálogos.

Duração da oficina:

2 turnos de debate dos eixos

Formato: audiência

Equipe: Cada Oficina deverá ter 01 coordenador/mediador e 2 relatores para o revezamento do registro das discussões.



Nota: A escolha dos dias da semana e turnos para a realização da etapa deve levar em conta a disponibilidade de participantes, incluindo aqueles que podem ter limitações de horário ou mobilidade.

Infraestrutura: Datashow, tela de projeção, notebook, microfone, mesa para relatoria e cadeiras para os participantes, facilitadores e relatores.

Etapas

1º Momento (30min): abertura do trabalho da oficina



Recomenda-se projetar, deixar impresso e distribuir aos participantes o texto de eixos e diretrizes.

- Apresentação da equipe que apoiará a oficina (coordenador/a e relatores/as).
- Apresentação da programação e metodologia de trabalho do dia.
- Relato breve do histórico do processo de consolidação dos eixos e diretrizes, a partir da 4ª Conferência Nacional de Cultura e da formulação do novo Plano Nacional de Cultura.



Para dinamizar a leitura dos eixos e diretrizes, proponha a leitura compartilhada junto aos participantes. Outra estratégia é a leitura integral dos eixos no início das atividades e, posteriormente, a leitura das diretrizes no início da escuta de cada eixo para subsidiar as discussões.

2º Momento (4 horas)

Debate por eixos (50 minutos por eixo):

- Leitura integral dos eixos e diretrizes sem interrupções (10min).
- Provocação do debate a partir da pergunta norteadora do eixo.
- Inscrições de modo a contemplar até 10 falas por eixo.
- Identificação dos principais Desafios (problemas e lacunas) e Oportunidades (potencialidades e propostas) no território apontado pelos grupos para cada eixo.

3ª Momento : Leitura final (1h30min)

A mediação fará a leitura final das contribuições registradas para que os participantes tenham conhecimento do resultado dos trabalhos a ser encaminhado ao grupo executivo que fará a análise e sistematização dos resultados das Oficinas em todo o país, visando consolidar o 1º Plano Nacional Setorial do Patrimônio Cultural e estabelecer as bases para o marco regulatório do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural.

Resultados esperados da Oficina

- Diagnóstico de questões regionais para pensar estratégias específicas para o território, detectando o que está em andamento e quais são os gargalos.
- Relatório contendo a síntese do debate distribuídas em 4 eixos.

O relatório deverá identificar os principais desafios e oportunidades para a Política de Patrimônio Cultural no território, conforme modelo de relatório apresentado nos anexos deste caderno.

Além do relatório padrão, é fundamental o envio de **lista de presença** e demais **registros da oficina** que capturem de forma criativa e envolvente todo o processo. Podem ser usados como formas de registro, por exemplo, vídeos e fotografias de todo o processo de realização das oficinas. O material produzido deve ser enviado juntamente com o relatório para a página do Brasil Participativo: [↗ **brasilparticipativo**](https://brasilparticipativo.gov.br). Dúvidas poderão ser encaminhadas para [**andancas@iphan.gov.br**](mailto:andancas@iphan.gov.br).



Para garantir que o trabalho tenha resultado no tempo da oficina, é importante ter um limite de inscrições por eixo e de tempo de fala. Sugere-se 3 minutos de fala por participante e até 10 inscrições para propostas por eixo. Esse limite de inscrição por eixo poderá ser adaptado pela organização local em conjunto com os participantes a depender do contexto, para garantir o bom resultado do trabalho.

Sugestão de programação	
8h	Credenciamento
9h	Apresentação da metodologia
10h	Eixo I e II
12h – 13h30	Almoço
14h	Eixos III e IV
16h – 16h30	Intervalo
16h30 – 18h00	Leitura final do relatório





Rolezinho do Patrimônio

O **Rolezinho** é uma modalidade de oficina autogestionada, isto é, uma oficina que pode ser organizada pelos grupos, segmentos e organizações da sociedade civil, ou ainda por instituições e gestores locais sem a obrigatoriedade de envolvimento do Iphan no processo. Para quem não teve oportunidade de participar da Oficina do Andanças em seu estado, ou gostaria de realizar uma discussão mais focada em um tema, um território, um bem cultural, uma comunidade, um problema específico, etc, é possível organizar um Rolezinho e se somar ao projeto Andanças.





Passo a passo

.....


Como fazer um Rolezinho?

Esse passo-a-passo se destina às pessoas que querem organizar um Rolezinho, não se trata de um guia ou manual que deve ser seguido rigorosamente, mas de um roteiro de apoio que pode e deve ser adaptado para as realidades locais.

Quem pode organizar e participar do Rolezinho?

Qualquer pessoa pode organizar um Rolezinho, mas é fundamental que haja interesse coletivo em sua realização. Pode ser um grupo ou comunidade interessada em debater políticas para um bem cultural específico, como uma manifestação ou prática cultural, ou um centro histórico tombado; ou pessoas de um bairro, uma cidade ou outro tipo de território; ou uma prefeitura, instituição, associação ou coletivo que queira promover um debate; um grupo que tenha interesse na interface de um tema específico com patrimônio, etc. Toda proposição de dialogar sobre o Patrimônio Cultural é bem vinda!

Os interessados devem estabelecer quem é o público-alvo do Rolezinho e convidar as pessoas a participarem. Os convites não precisam ser formais, pode ser uma divulgação em cartaz, na rede social, pela lista de contatos, etc. Da forma julgada melhor para atrair as pessoas de interesse.



Que tal fazer uma lista de pessoas e organizações que precisam ser convidadas?

Como deve ser o espaço para o Rolezinho?

Vai depender muito de quem é o público-alvo. Veja se o espaço disponível comporta todas as pessoas em condições confortáveis e se é acessível.

Se for adequado ao seu público, o Rolezinho também pode acontecer de forma totalmente virtual, por plataformas de discussão on-line!

Como funciona um Rolezinho?

O Rolezinho é uma proposta de diálogo livre sobre o Patrimônio Cultural, com o objetivo de **levantar a percepção das pessoas sobre o que mais afeta o patrimônio** e sobre as coisas mais importantes a serem feitas para sua preservação e salvaguarda.

Pode ter o formato de uma roda de conversa, de uma audiência pública, de um seminário, ou se for desejável, seguir o formato das Oficinas do Andanças, que também consta deste caderno.

Prepare o evento antes, pensando se é necessário algum equipamento, mesas e cadeiras, ou material de anotação, por exemplo. Pense na data e no horário que melhor possibilite a participação das pessoas de interesse.

Para bom funcionamento na hora do Rolezinho, é importante:

- **Eleger pessoas para coordenar o debate**, fazer inscrição de fala, e fazer o registro das discussões;
- **Apresentar qual é o objetivo do encontro** e que as discussões integram as escutas do Projeto Andanças do Patrimônio;



O Documento base com os Eixos e Diretrizes pode ser utilizado para fomentar e subsidiar o debate.

Utilize os modelos de relatório, lista de presença e convite disponíveis neste caderno, se preferir.

- Apresentar aos participantes **como vai ser a dinâmica do encontro**, se terão falas motivadoras, apresentações ou estudos de casos, anteriores à discussão, ou se partirá direto para o debate;
- Decidir com as pessoas qual é a duração do encontro, e **quais vão ser os tempos de fala para cada pessoa**, assim o tempo fica bem organizado e todos podem ser contemplados;
- **É essencial fazer o registro das discussões**, pois é isso que será encaminhado ao Iphan para sistematização.
- **Faça uma lista de presença** e registros da reunião, em fotografia, áudio ou vídeo.

Resultado esperado do rolezinho

Documento apresentando uma breve descrição do objetivo do Rolezinho e do público-alvo, e o resumo dos debates ocorridos. Pode constar contexto, desafios e oportunidades, como possíveis caminhos acerca do território ou do tema específico que justificou a oficina.

Escuta Virtual



Será possível enviar contribuições também por meio da **Plataforma Brasil Participativo**, na forma de uma consulta pública. Todas as pessoas interessadas podem participar, incluindo quem já participou das Oficinas do Andanças e do Rolezinho, e especialmente quem não teve oportunidade de participar desses eventos.

Essa plataforma abordará os mesmos eixos e diretrizes que serão discutidos nas oficinas presenciais. O objetivo é ampliar a participação, visto que as oficinas presenciais podem trazer limitações ao número de participantes.

A consulta pública digital ficará disponível ao longo de todo o período de realização das oficinas nos territórios. Para que essa escuta seja ampla e representativa, será importante difundir entre os parceiros e segmentos que atuam com o Patrimônio Cultural as formas de acesso e participação.



Participe da consulta acessando o site [↗ brasilparticipativo](https://brasilparticipativo.org.br)

BASES PARA OS DIÁLOGOS

Apresentamos aqui eixos e diretrizes para subsidiar as discussões no território. Eles foram produzidos a partir do que foi discutido na 4ª Conferência Nacional de Cultura, realizada em março de 2024, e dos parâmetros da consulta participativa para a formulação do novo Plano Nacional de Cultura. A ideia é que os temas e questões trazidos sirvam para aprofundar o diálogo sobre o patrimônio e focalizar as questões do território.





Eixos e Diretrizes

EIXO 1

Tecendo redes e fortalecendo territórios: a institucionalização do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural a partir da gestão participativa e compartilhada



A institucionalização do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural é reivindicação popular expressa nas propostas priorizadas na 4ª Conferência Nacional de Cultura e no primeiro Plano Nacional de Cultura (Lei nº12.343/2010). Um sistema nacional de políticas públicas tem como objetivos estabelecer a coordenação federativa para indução de agendas, macroparâmetros para implementação das políticas e programas, buscar a redução das desigualdades intra e inter regionais e fortalecer as capacidades institucionais de estados, municípios e do Distrito Federal.

Nesse sentido, o Eixo 1 tem por finalidade debater os elementos imprescindíveis à consolidação do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, e à construção de um marco regulatório que estabeleça a divisão de competências entre os entes federativos, as instâncias de pactuação interfederativa, a institucionalização da participação e controle social, e que consolide a gestão participativa e compartilhada como premissas para articulações interinstitucionais e arranjos territoriais de gestão.

Diretrizes

1

Estruturar o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural nos territórios para articular o pacto federativo pela preservação do Patrimônio Cultural, estabelecendo divisão de competências e responsabilidades entre os entes na gestão do patrimônio.

A diretriz considera a implementação de marcos normativos para preservação do Patrimônio Cultural, a estruturação e o fortalecimento dos órgãos gestores da política de patrimônio nas três esferas de governo, a criação e aperfeiçoamento de instrumentos de gestão e financiamento, e mecanismos de desconcentração e coordenação entre entes federativos e sociedade civil.

2

Criar e fortalecer instâncias de participação e controle social das políticas de patrimônio e promover mecanismos de gestão compartilhada do Patrimônio Cultural, com a inclusão de organizações, grupos e comunidades detentoras.

A diretriz considera a criação, formalização e garantia do funcionamento de instâncias de participação social para proposição, deliberação e gestão do Patrimônio Cultural, na forma de conselhos, fóruns, coletivos, redes; além da instituição de mecanismos de consulta e participação ativa, como audiências, conferências, comissões, comitês, e ferramentas digitais de participação e de comunicação em rede em múltiplos formatos acessíveis; e da formação de pactos, protocolos, acordos e agendas para operar a preservação e salvaguarda do patrimônio de forma compartilhada com a sociedade.

3 Realizar mapeamentos, diagnóstico e monitoramento permanente, com vistas ao aperfeiçoamento contínuo das políticas de patrimônio cultural.

A diretriz considera o estabelecimento de processos, instrumentos e rotinas para a produção de dados e análise de informações sobre o Patrimônio Cultural, com vistas a identificar os agentes do Patrimônio Cultural nos territórios e monitorar os bens culturais e as ações de preservação, visando a produção de indicadores e evidências para a gestão do Patrimônio Cultural. Cabe também o desenvolvimento de instrumentos na forma de plataformas e serviços digitais, com vistas à disponibilização e integração da informação.

4 Promover a integração e a articulação do Patrimônio Cultural no conjunto da política cultural e com os outros setores de políticas públicas.

O Patrimônio Cultural tem conexão com as diversas dimensões da vida social, por isso sua preservação não se dá de forma isolada. É preciso construir diálogo com outras políticas, como educação, meio ambiente, turismo, planejamento urbano, transportes e mobilidade, desenvolvimento regional, segurança pública, infraestrutura, acessibilidade e economia local e regional, etc. Considerar a intersectorialidade das políticas possibilita que o Patrimônio Cultural seja um instrumento de desenvolvimento de maior alcance, para impulsionar diferentes políticas.

5

Promover o desenvolvimento e qualificação de capacidades dos agentes públicos e sociedade civil para a preservação e salvaguarda do Patrimônio Cultural.

A preservação do Patrimônio Cultural envolve vários saberes populares, acadêmicos, profissionais e administrativos. A diretriz trata do aperfeiçoamento contínuo de gestores, detentores, grupos, comunidades, profissionais e demais agentes que lidam com a preservação, no sentido de desenvolver, transmitir e aprimorar competências voltadas à preservação e salvaguarda do Patrimônio Cultural. Devem ser consideradas a formulação e implementação de programas de qualificação técnica, profissional e para gestão do patrimônio, acessíveis e em múltiplos formatos, incluindo a formação continuada, a assistência técnica e a circulação de boas práticas.

Perguntas geradoras:

Quais os principais desafios para a construção e ampliação de redes e gestão participativa no território?

Como melhorar a atuação conjunta e compartilhar a responsabilidade pela gestão do Patrimônio Cultural entre órgãos federais, estaduais e municipais?

EIXO 2

Patrimônio Cultural para e pelo povo: representatividade, acessibilidade, equidade e democratização



Democratizar a Política de Patrimônio Cultural passa por uma profunda reflexão acerca de como povos e grupos sociais historicamente vulnerabilizados estão produzindo e acessando o Patrimônio Cultural enquanto direito garantido pelo Estado.

O Eixo 2 tem como objetivo levantar quais são os desafios e potenciais para que as comunidades negras, periféricas, comunidades e povos tradicionais, povos de terreiro, povos indígenas, populações LGBTQIAPN+, mulheres, pessoas com deficiência, povos ciganos e demais grupos que não são visibilizados pela narrativa hegemônica sobre Patrimônio podem ter suas produções, saberes, territórios e vozes ecoados, valorizados e preservados.

Igualmente, a democratização do acesso à fruição do Patrimônio Cultural diz respeito ao direito à cidadania, à compreensão do Patrimônio Cultural como vetor de desenvolvimento psicossocial, socioeconômico, ambiental e territorial. Portanto, o eixo 2 foi pensado para mapear desafios de acesso ao Patrimônio Cultural e potencializar a participação social em todas as etapas da política de preservação e salvaguarda, bem como destinado a colher propostas inovadoras e ousadas sobre quais ações precisam ser realizadas para a valorização da diversidade e pluralidade na fruição dos bens culturais patrimonializados.

Diretrizes

1

Garantir que o Patrimônio Cultural seja representativo da pluralidade e diversidade cultural brasileira, por meio de políticas que promovam a visibilidade de grupos e territórios minorizados historicamente.

O Patrimônio Cultural deve expressar a diversidade de culturas e trajetórias do povo brasileiro, promovendo a pluralidade de visões, pautadas e potencializadas pela polissemia, e ensejando novas narrativas e sujeitos a respeito dos processos históricos do Brasil, oportunizadas por políticas afirmativas e reparatórias.

2

Promover acessibilidade ao Patrimônio Cultural e às políticas de preservação, via políticas de inclusão e equidade.

A diretriz diz respeito ao enfrentamento de desigualdades no acesso ao Patrimônio Cultural, pela eliminação de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais e tecnológicas, construindo os meios para sua ampla popularização e fruição pelos diversos setores da sociedade. Também no que diz respeito aos mecanismos para desburocratização, descentralização, adaptação e simplificação de procedimentos para acessar as políticas e instrumentos de preservação, utilizando de formatos acessíveis e ferramentas e linguagens inclusivas, e recursos de acessibilidade.

- 3 Reforçar e promover, pelas vias da educação e da difusão, o papel do Patrimônio Cultural na valorização de identidades, na construção de uma sociedade plural e diversa, na promoção de valores democráticos e antirracistas, no desenvolvimento humano e social, e na construção da cidadania.

A diretriz compreende todo o escopo relacionado ao papel do patrimônio na valorização da diversidade étnico-racial, artístico cultural, territorial, etária, sexual e de gênero, no combate à discriminação e à intolerância; nos mais diversos contextos de educação envolvendo o Patrimônio Cultural – formais, não formais, informais, tradicionais, e contemplando políticas de valorização de mestres e detentores do Patrimônio Cultural, por meio de processos educativos, formativos e de difusão cultural ancorados em abordagens pluriepistêmicas e decoloniais.

4 Promoção dos direitos vinculados ao Patrimônio Cultural

O Patrimônio Cultural tem papel importante para a garantia de direitos à memória, à identidade e à cultura. A diretriz diz respeito ainda a todo o escopo de direitos aos quais o patrimônio se relaciona e pode se tornar instrumento de garantia, como os direitos autorais e de propriedade intelectual, especialmente considerando os direitos coletivos de comunidades tradicionais e de cultura popular, inclusive no que se refere à proteção de dos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético e à repartição justa e equitativa dos benefícios oriundos dos usos (científicos, tecnológicos, artísticos, mercantis, dentre outros) dos conhecimentos de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais por terceiros.

5

Focalização das políticas no território, com a observância das peculiaridades regionais e adaptações necessárias.

A diretriz diz respeito à criação de estratégias que considerem as características, desafios e oportunidades específicas do território, o que implica garantir que o desenho e a implementação das políticas de patrimônio estejam adaptados às particularidades e às realidades locais, no que tange ao tipo de intervenção, aplicação de recursos, modelos de participação social etc. As oportunidades e desafios dos territórios devem conduzir a abordagem, garantindo os princípios de equidade, justiça e inclusão aos territórios.

Perguntas geradoras

Quais os principais desafios para se garantir a representatividade, acessibilidade, equidade e democracia nas políticas de patrimônio no território?

Como ampliar e garantir a representatividade, acessibilidade, equidade e democracia nas políticas de patrimônio no território?

EIXO 3

Fazendo a Roda Girar: Fomento, Economia do Patrimônio, Trabalho, Renda e Sustentabilidade



O Eixo 3 tem como objetivo ressaltar a importância do patrimônio cultural para o desenvolvimento socioeconômico do país, por meio de políticas que fortaleçam as suas cadeias produtivas e expressões culturais, estimulem a dignidade e a solidariedade nas relações trabalhistas, potencializem a geração de trabalho, emprego e renda, ampliem a participação do setor do patrimônio cultural no PIB do país e garantam a sustentabilidade econômica de detentores, moradores de centros históricos, grupos e coletivos associados a territórios culturais e demais trabalhadores do patrimônio.

Diretrizes

1

Instituir políticas permanentes de investimento no patrimônio cultural, promovendo a desconcentração de recursos e a diversidade de fontes e mecanismos de fomento e financiamento.

A diretriz diz respeito à consolidação de linhas de fomento diversificadas para atender os arranjos econômicos e as alternativas de tecnologias sociais próprias do patrimônio cultural, por meio do fortalecimento de mecanismos específicos, como isenção fiscal, subsídio, transferência de recursos e parcerias público-privadas; além da facilitação e desburocratização de procedimentos para acesso ao fomento e para a prestação de contas.

2

Promover o patrimônio cultural como fator de desenvolvimento sustentável por meio do fortalecimento de suas cadeias produtivas.

A diretriz diz respeito à criação e à implementação de estratégias para a preservação e salvaguarda do patrimônio como um ativo para o desenvolvimento e dinamização da economia local, a partir da valorização do território, em seus contextos urbanos, rurais e/ou periféricos, e na sustentabilidade social, ambiental e econômica. Compreende o fortalecimento das cadeias produtivas, a facilitação do acesso a matérias-primas, o incentivo ao turismo cultural sustentável e de base comunitária, à revitalização de centros históricos e à socialização de sítios arqueológicos, a valorização do artesanato tradicional, o apoio ao empreendedorismo em torno do patrimônio e a criação de cooperativas e associações para facilitar o acesso ao mercado.

3

Fomentar a sustentabilidade econômica de detentores e trabalhadores do patrimônio cultural, fortalecendo as condições materiais de produção dos bens culturais e a dignidade dos seus agentes.

A diretriz diz respeito à formulação de políticas públicas inclusivas para geração de trabalho e renda; para comercialização de produtos e serviços; para qualificação em propriedade intelectual e proteção e licenciamento de direitos autorais; para certificação e formação em ofícios tradicionais e saberes e fazeres associados a bens patrimonializados; para valorização, formalização e organização dos trabalhadores do patrimônio; para promoção de condições adequadas à produção e reprodução de práticas e expressões culturais, de modo a garantir uma melhoria contínua da qualidade de vida e dignidade dos agentes do patrimônio cultural.

Perguntas geradoras

Quais os principais desafios para a geração de renda a partir do Patrimônio Cultural?

Como promover a sustentabilidade econômica do Patrimônio Cultural no território?

EIXO 4

Patrimônio Cultural: caminhos para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a proteção e a adaptação frente à emergência climática



A pauta sobre a Emergência Climática e Patrimônio Cultural deve sair da discussão da transversalidade temática e passar a ser tratada centralmente no planejamento estratégico dos órgãos responsáveis pela preservação do Patrimônio Cultural, pelo meio ambiente e pelo ordenamento territorial.

Os eventos climáticos extremos, ao degradar os territórios de povos e comunidades tradicionais, levam à diminuição da disponibilidade de recursos naturais caros à subsistência e à manutenção de seus modos de vida. Em regiões urbanas, os efeitos são igualmente devastadores: desalojamento em massa de pessoas, perdas irreversíveis patrimônio urbano, edificado, móvel e integrado à arquitetura e, sobretudo, perdas de vida. Nesse contexto, a construção de estratégias de adaptação do Patrimônio Cultural à emergência climática torna-se imperativa para garantir a resiliência do patrimônio e a transmissão geracional de saberes, de costumes, de tecnologias ancestrais, assim como do legado histórico e cultural das formações sociais que compõem a população brasileira.

Além da perspectiva da adaptação frente à emergência climática, o Patrimônio Cultural carece estar na agenda pública ambiental na condição de um dos protagonistas do Desenvolvimento Sustentável, trazendo também o Patrimônio Cultural como recurso para a ação climática. Práticas como dos Sistemas Agrícolas Tradicionais, e outras práticas tradicionais relacionadas ao cuidado da terra, à subsistência a partir das águas, à produção de alimentos por meio sinérgico e harmônico com o ecossistema, as tecnologias construtivas, são respostas a desafios atuais frente à mudança drástica do clima e a busca por meios de desenvolvimento econômico que garanta vida com condições dignas às gerações futuras.

A partir da perspectiva do Patrimônio Cultural como fonte às iniciativas públicas e privadas para elaborar estratégias de adaptação climática e para o desenvolvimento sustentável, o Eixo 4 propõe espaço para colher percepções locais de como o patrimônio está sendo afetado – e mesmo perdido – pela emergência climática, e os possíveis caminhos para a induzir a preservação do Patrimônio Cultural nas agendas de adaptação e desenvolvimento sustentável no território e na agenda nacional de políticas públicas.



Diretrizes

1

Estabelecer e consolidar a gestão de riscos como um fator estratégico de gestão do Patrimônio Cultural, com vistas a garantir a sustentabilidade do patrimônio, especialmente considerando o cenário de emergências climáticas e ambientais.

Consiste em pensar em políticas e meios para mapeamento, inventariação, monitoramento de riscos e avaliação de vulnerabilidades climáticas do Patrimônio Cultural, a fim de observar a divisão de responsabilidades e direcionamento de recursos, especialmente considerando os efeitos para a população hipossuficiente e em vulnerabilidade.

2

Planejar, desenvolver e implementar estratégias para fortalecer a resiliência e adaptação climática do Patrimônio Cultural, visando reduzir os impactos de desastres e eventos extremos climáticos.

A adaptação climática passa pela construção de protocolos para atuação em situação de desastres climáticos e para a redução de danos ao Patrimônio Cultural por meio de arranjos interinstitucionais e articulação com a sociedade civil. Além disso, diz respeito ao fortalecimento de capacidades institucionais nos diferentes níveis governamentais para aumentar a resiliência do Patrimônio Cultural frente à emergência climática.

3

Reconhecer, fortalecer, valorizar e fomentar os modos de vida e conhecimentos de grupos e comunidades detentoras e relacionadas ao Patrimônio Cultural, as quais promovem o bem viver, uma relação sustentável com o meio ambiente, de modo a enfrentar a injustiça climática e o racismo ambiental.

A diretriz está relacionada a caminhos intersetoriais e participativos para construir articulações e arranjos que promovam o Patrimônio Cultural como vetor do desenvolvimento sustentável. Desse modo, é necessário que seja repensado a forma como o poder público compreende a preservação do Patrimônio Cultural e as populações relacionadas aos bens culturais patrimonializados, inserindo-os transversalmente na agenda econômica, educacional e ambiental de Estado, incluindo os planos de ação climática das diversas esferas e agentes do Sistema.

Perguntas geradoras:

Quais as ameaças enfrentadas pelo Patrimônio Cultural diante da emergência climática no território?

Como e quais mecanismos podem ser criados para adaptação climática do Patrimônio Cultural?

Como construir e quais ações devem constar na agenda de Desenvolvimento Sustentável e Patrimônio Cultural no território?



MODELOS DE DOCUMENTOS

ANEXO I - Convite

ANEXO II - Relatoria Andanças do Patrimônio

ANEXO III - Relatoria do Rolezinho

ANEXO IV - Lista de participantes

ANEXO I

Sugestão de Convite

Prezad@,

É com satisfação que convidamos (você / o grupo ... /a comunidade .../a instituição...) para integrar o Projeto Andanças do Patrimônio no (município de..., estado..., cidade ..., comunidade...).

O Projeto Andanças do Patrimônio é um convite aberto à participação para estabelecer as bases do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC). Em conjunto com detentores, fazedores e trabalhadores do patrimônio, queremos construir as diretrizes e os principais pontos da agenda de políticas públicas para cuidar de nosso Patrimônio Cultural. Reunindo grupos e comunidades, gestores de políticas públicas, pesquisadores, mestres e mestras, estudantes do campo, profissionais, organizações públicas e privadas atuantes na preservação e salvaguarda do Patrimônio Cultural, e toda a sociedade interessada, queremos ampliar a discussão sobre como preservar e promover nosso patrimônio.

Venha junto nessa caminhada!

As oficinas de escuta serão no dia ...

Local:

Eixo 3 – Fazendo a Roda Girar: Fomento, Economia do Patrimônio, Trabalho, Renda e Sustentabilidade

Desafios	Oportunidades

Eixo 4 – Patrimônio Cultural: caminhos para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a proteção e a adaptação frente à emergência climática

Desafios	Oportunidades

ANEXO III

Relatoria do Rolezinho

Organizadores: *informar o nome das pessoas, grupos, comunidades ou instituições organizadoras do Rolezinho*

Público-alvo: *informar quais são os grupos, comunidades ou segmentos convidados a participar (ex: moradores do centro histórico tal, comunidade quilombola tal, faculdade de arquitetura de tal lugar, etc)*

Objetivo: *informar qual é a proposta do Rolezinho (ex: debater políticas de acessibilidade para o patrimônio, conversar sobre políticas para tal manifestação cultural, discutir as questões do grupo ou comunidade detentora tal, etc)*

Cidade: *informar a cidade ou cidades que integram o Rolezinho*

Data: *informar o dia de realização do encontro*

Local de realização da atividade: *informar o local mais específico de realização do encontro*

Relatores: *informar o nome das pessoas que ficaram responsáveis pelo registro do debate*

Resumo do debate: *Descrever os pontos levantados no debate, explicando o contexto da discussão e quais foram as questões, problemas, oportunidades e soluções levantadas.*

ANEXO IV

Lista de participantes

Evento: ☐ Oficina do Andanças

☐ Rolezinho

Nome da Oficina ou Rolezinho:

Nome completo ou nome social	Representa grupo, comunidade, segmento ou instituição? <i>responder sim ou não</i>	Qual o grupo, comunidade, segmento ou instituição que representa?	Contato <i>Informe seu e-mail.</i>

* A coleta de informações pessoais respeitará os parâmetros da LGPD - lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018..



MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO